



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

**Eixo temático: Serviço Social, relações de exploração/opressão e resistências de gênero,  
feminismos, raça/etnia, sexualidades**

**Sub-eixo: Relações Patriarcais de gênero, sexualidade, raça e etnia**

## **TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NA SAÚDE EM TEMPOS DE COVID-19**

**IANY LUGAO MONTEIRO<sup>1</sup>**

**NILZA ROGÉRIA NUNES<sup>2</sup>**

### **RESUMO**

Este estudo apresenta os limites e potencialidades presentes no trabalho profissional de assistentes sociais que atuaram na pandemia (2020- 2021) e participam da comissão de saúde do CRESS-RJ. A metodologia foi uma pesquisa qualitativa. Os resultados apontam o cuidado na reprodução social e a manutenção de exploração das trabalhadoras em face das Tecnologias da Informação e da Comunicação. Palavras-chave: Trabalho, Serviço Social, Saúde, Participação

### **ABSTRACT**

This study presents the limits and potentialities present in the professional work of social workers who worked in the pandemic (2020-2021) and participate in the CRESS-RJ health commission. The methodology was qualitative research. The results point to the care in social reproduction and the maintenance of exploitation of workers in the face of Information and Communication Technologies.

**Keywords:** Work, Social Work, Health, Participation

### **Introdução:**

Este relato de pesquisa decorre da dissertação de mestrado intitulada “O reconhecimento acerca do trabalhador de Serviço Social: questões que permeiam a atuação na Saúde”, defendida no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da PUC-Rio.

A história do Serviço Social na saúde reflete uma trajetória de compromisso com a equidade e a promoção da saúde no Brasil desde a sua criação e desempenham um papel

---

<sup>1</sup> Hospital Municipal Hugo Miranda - Rio de Janeiro

<sup>2</sup> Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

fundamental na garantia de acesso e humanização dos serviços. A inserção das mulheres neste espaço sócio-ocupacional é notável, visto que a profissão é notadamente feminina.

O trabalhador no âmbito da saúde tem sido requisitado a jornadas mais extenuantes de trabalho, tipo vínculos temporários por meio de processos seletivos que avaliam experiências, que, no entanto, não são tão transparentes no seu resultado. Diminuição de equipes, um profissional para todo um hospital ou setor, e salário não condizente com a requisição atribuição demandada. Dados em conformidade com esses pontos foram divulgados pelo CFESS- Conselho Federal de Serviço Social (2022) apontam para o problema, apresentando 78% dos assistentes sociais inseridos no setor de natureza estatal e/ou municipal, destes apenas 55%, possuem vínculo estatutário. Com mais intensidade no Nordeste 47%. Sendo a média salarial da categoria de dois a três mil reais no estado do Rio de Janeiro. Desses, 31% dos assistentes sociais informaram executar jornadas de trabalho de 31 a mais de 60 horas semanais.

Tal estudo pretendeu lançar um olhar sobre o trabalho e sobre a participação dos assistentes sociais nos espaços de organização e luta coletiva, a fim de colaborar com uma perspectiva de instrumentalidade no Serviço Social crítico e reflexivo. Para tal, esta atuação deve estar atrelada à sua condição de relativa autonomia e de trabalhador assalariado, diante de demandas cada vez mais difusas e tecnológicas, imediatistas e precarizadas. No contexto da saúde, a flexibilização do trabalho tem sido implementada através de políticas de terceirização e privatização dos serviços, no sentido de aumentar a eficiência e reduzir os custos. Esta lógica tem gerado um aumento da insegurança e instabilidade no emprego, além de um comprometimento da qualidade do atendimento, já que os trabalhadores terceirizados acabam recebendo menos treinamento e investimento em capacitação.

A promoção da garantia de direitos e o acesso às políticas públicas para a população, nos últimos anos, vem apresentando um impacto decorrente da precarização do trabalho, que tem sido um grande desafio no contexto mundial; e para os assistentes sociais que atuam nos serviços de saúde, não é diferente. Assim, o Serviço Social, como uma profissão que possui um caráter político, participa do processo de produção e reprodução dos interesses do capital, é polarizado pela dicotomia dos interesses de classes, possuindo assim uma dimensão objetiva e uma subjetiva, marcada pelos determinantes sócio-históricos e pela direção social de seu fazer. (YASBEK, 2009)

Refletir sobre alguns limites possibilidades para o trabalho profissional na Saúde a partir dos profissionais que estão inseridos na Comissão de Saúde do CRESS- RJ, contribui com o entendimento acerca dos processos de precarização do trabalho e de falta de reconhecimento profissional. Por meio da identificação do perfil profissional no qual esses profissionais se inserem e da questão interseccional de gênero, raça, classe, sexualidade e território que os permeiam, buscou-se compreender sobre como estes se reconhecem enquanto trabalhadores inseridos no processo macro de precarização e terceirização nos novos modelos de trabalho em saúde.

Para tal, visamos apontar um perfil dos assistentes sociais, trazendo elementos que integram o território regional do estado do Rio de Janeiro, a compreensão sobre como esses trabalhadores percebem seu reconhecimento profissional em seus espaços de trabalho, bem como os desafios relacionados à precarização do trabalho e do emprego, à falta de concursos públicos, às jornadas longas e sem direitos sociais, ao não respeito à Lei das 30 horas, à inadequação de espaços e aos baixos salários.

Tomamos como base as informações de estudos recentes sobre a agudização do trabalho cada vez mais precarizado. Sendo assim, realizamos um levantamento bibliográfico, por meio de revisão de escopo de artigos publicados nos últimos 10 anos em revistas de Serviço Social. Essa modalidade de revisão de literatura procurou mapear de forma rápida e consistente a produção relacionada a determinado campo de conhecimento, sendo especialmente válida para áreas que ainda não foram exaustivamente revisadas, identificando lacunas: 1) identificação da pergunta de pesquisa, 2) identificação dos estudos relevantes, 3) seleção dos estudos, 4) mapeamento de dados e 5) sumarização e divulgação dos resultados, podendo-se identificar e apontar lacunas em pesquisas.

Realizamos a pesquisa na plataforma da PUC-Rio, PROQUEST, com os descritores: trabalho, saúde, serviço social, precarização, assédio, dos quais retornaram quarenta (40) trabalhos, desses foram selecionados três (3) artigos que tivessem relação com o trabalho do serviço social na saúde.

Concernentes a adversas condições de trabalho dos profissionais de saúde, com um foco particular nos assistentes sociais. A análise abrange diversas facetas da precarização do trabalho, que incluem desregulamentação dos vínculos empregatícios, baixos salários, alta rotatividade, e violência no ambiente de trabalho, tanto de usuários dos serviços quanto de outros profissionais.

Esses elementos compõem um quadro de trabalho desgastante e muitas vezes perigoso, que afeta diretamente a saúde mental e física dos trabalhadores.

Um dos pontos negativos gerados pela desregulamentação do precariado, são a alta rotatividade de trabalhadores, a precariedade das condições objetivas de trabalho, a violência, seja na forma física ou verbal. Tais fatores, impactam na vida dos profissionais, e podem se originar tanto de usuários do serviço, quanto de colegas de trabalho. Esse ambiente de trabalho insalubre, contribui para o desgaste mental dos profissionais.

Essa demanda reflete o impacto vivido no cotidiano da classe trabalhadora. O trecho destaca a relevância das discussões, indicando que os problemas enfrentados pelos profissionais de saúde transcendem as fronteiras de suas respectivas áreas e requerem abordagens multidisciplinares. Isso é evidente na violência contra profissionais de saúde e na crescente demanda por assistentes sociais nos serviços públicos.

Outras questões encontradas estão relacionadas à saúde do trabalhador, com ênfase recorrente na temática da violência/ assédio moral e consequente adoecimento mental por parte de trabalhadores na saúde. Chamou-nos a atenção o volume de trabalhos com a temática voltada para questões psicossociais, relacionadas também ao assédio moral, vivenciados por trabalhadores da saúde. Também foram identificadas questões referentes ao trabalho gerido por meio de metas, colocado pelas grandes Organizações Sociais (OS) que gerem a saúde nas atenções de baixa e média complexidades, ou atenção primária e secundária. Sabemos que tal fator de gestão é um mecanismo de avaliação por controle de eficiência e produtividade.

Outra modalidade de precarização do trabalho com o objetivo de reduzir salários e intensificar a mão de obra criada nessa era tecnológica, também chamada por Antunes (2020) de quarta revolução industrial, foram as modalidades de consultoria e teletrabalho, com multiplicidade de vínculos (terceirização por pessoa jurídica e MEI). Modalidades que substituem a contratação de assistentes sociais por baixos salários (Botão, 2010).

Importante distinguir a consultoria enquanto precarização da força de trabalho daquela solicitada aos profissionais enquanto trabalho autônomo principalmente por docentes e profissionais no judiciário, este sim, um espaço de atuação profissional para o trabalho de consultoria/assessoria a políticas públicas e movimentos sociais.

Concernente aos impactos e desafios presentes à profissão do serviço social, Santos (2020) aponta que a profissão está inserida na esfera da precarização, além de receber os



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

impactos da (sub)financeirização das políticas sociais, cada vez mais focalizadas e seletivas, com práticas (neo)conservadoras. “Os assistentes sociais estão sendo subcontratados com vínculos flexíveis, instáveis e destituídos de direitos trabalhistas e previdenciários” (Santos, 2020, p. 53).

O trabalhador no âmbito da saúde tem sido requisitado a jornadas mais extenuantes de trabalho, tipo vínculos temporários por meio de processos seletivos que avaliam experiências, que, no entanto, não são tão transparentes no seu resultado. Diminuição de equipes, um profissional para todo um hospital ou setor, e salário não condizente com a requisição atribuição demandada. Dados em conformidade com esses pontos foram divulgados pelo CFESS- Conselho Federal de Serviço Social (2022) apontam para o problema, apresentando 78% dos assistentes sociais inseridos no setor de natureza estatal e/ou municipal, destes apenas 55%, possuem vínculo estatutário. Com mais intensidade no Nordeste 47%. Sendo a média salarial da categoria de dois a três mil reais no estado do RJ. Desses, 31% dos assistentes sociais informaram executar jornadas de trabalho de 31 a mais de 60 horas semanais.

Deste contexto, apresentam-se dois cenários: O primeiro diz respeito às contratações em regime estatutário que seguem ameaçadas pela contrarreforma administrativa da PEC32/2020, cuja finalidade é a privatização dos serviços públicos com extinção das carreiras do regime jurídico único. O segundo refere-se aos contratos por meio da modalidade CLT, dos quais 25% dos trabalhadores foram afetados pela contrarreforma trabalhista que desregulamentou a legislação da proteção social existente até então. (CFESS,2022)

Por outro lado, a mesma pesquisa aponta para um aumento das contratações nos serviços de saúde das assistentes sociais no âmbito público. Mas não sabemos como essas contratações têm se dado no setor privado, nas diferentes modalidades de assistência à saúde básica, média e alta complexidade. No caso do Rio de Janeiro, tem sido responsáveis por ampla base de serviços. Sabemos que essa questão passa por atribuições e competências que diante do cenário pandêmico se intensificaram.

Diante deste contexto, a pesquisa de campo que será apresentada a seguir versa como público participante de assistentes sociais da comissão temática em saúde que atua nos serviços públicos no estado do Rio de Janeiro. Dessa maneira, pretendemos promover reflexões que permitam dimensionar a multiplicidade de determinantes sociais que estão implicadas nos espaços sócio-ocupacionais. Além disso, desejamos contribuir para a formação de um perfil

profissional regional e produção de um legado para o CRESS RJ a partir de elementos que integram o território regional do município do Rio de Janeiro.

### **Metodologia:**

A abordagem utilizada na execução deste estudo foi de natureza qualitativa. Inicialmente foi realizada uma pesquisa bibliográfica descritiva para verificação do estado da arte do tema em tela, conforme já apresentado, e um segundo momento com a realização de entrevistas semiestruturadas com os participantes do grupo da Comissão de Saúde. Dos 154 participantes, apenas 40 responderam, duas que não tinham o quesito de trabalhadoras do SUS, pois eram professoras Universitárias. E outras ficaram na dúvida sobre quem eu era, e pediram mais informações. Sendo que de 174 pessoas, apenas vinte e duas (22) responderam ao questionário. Ele ficou aberto do dia 10 de outubro a 20 de outubro de 2023. O questionário de pesquisa abordou questões com perguntas que visavam identificar o perfil socioeconômico e as características sociais das condições de trabalho. Foram abordados os seguintes aspectos objetivos relacionado a questões de raça, gênero, tempo de formação, tempo de trabalho na saúde, renda, família, maternidade, vínculo de trabalho, condições de trabalho, espaço físico, tecnologias disponibilizadas para execução da função, reconhecimento, organização institucional no SUS, quantidade de profissionais em atuação no serviço, espaços coletivos de direitos, participação no conselho da categoria regional e sugestões.

### **Resultados e discussões:**

A pesquisa revelou a realidade social a que esses profissionais de saúde enfrentam no cotidiano dos serviços e as estratégias de enfrentamento para se manterem ativos em consonância com o projeto profissional. Deste modo, elucida o papel do cuidado na reprodução social como um fator preponderante para a manutenção de realidades de exploração e da manutenção das trabalhadoras em face das Tecnologias da Informação e da Comunicação. Houve a necessidade de aprofundar mais as questões interseccionais de gênero, e realizamos entrevista com três profissionais.

### **Nossas descobertas...**

- 1- *Sobre a autodeclaração de gênero.*



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

Dentre as entrevistadas, 21 são mulheres, o que é um reflexo desde a sua gênese. Essas mulheres, em sua maioria mães, ou seja, oito participantes da pesquisa. As reflexões acerca das relações de gênero na atualidade têm tido a função de desnaturalizá-las, a fim de apontar os aspectos das relações de poder que socialmente constituíram e reproduziram esse modo e pensamento ao longo dos tempos.

Conforme aponta Mioto (2015), o familismo ou a centralidade da família na proteção social de políticas atribui sobrecarga a mulher, enfatizando o cuidado no âmbito doméstico em detrimento ao cuidado no âmbito da inclusão social e da rede intersetorial, papel coletivo das necessidades familiares que “liberam as mulheres para o trabalho’ em dobro”.

Os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD, 2023), a perspectiva de gênero, raça, renda, ocupação e horas de trabalho doméstico no lar, demonstram a disparidade econômica entre homens, mulheres e negros, além dessa sobrecarga de cuidados no lar visibilizando as horas a mais de trabalho por elas. Tais dados estão em consonância com a nossa pesquisa, ainda que o público estudado não seja representante da esfera vulnerável da parcela mais precarizada de trabalho, elas estão em uma camada privilegiada da esfera social. Por sua vez, participam da reprodução social, contando ou não com rede de apoio, as que relatam serem mães. Felizmente, talvez pela sua formação profissional, elas conseguiram melhorar a realidade a que estão inseridas.

## *2- Da questão de cor e raça*

A maior parte das respondentes se declaram negras, sendo onze (11) mulheres, dez (10) brancas e uma indígena. O fator que se destaca nesse espaço da presença das mulheres negras é o reflexo da política de cotas e de ação afirmativas que ampliaram o acesso às parcelas mais pauperizadas da classe trabalhadora ao nível superior, particularmente ao curso de Serviço Social.

## *3 - Do tempo de atuação profissional e sobre a maternidade*

Sobre o tempo de atuação enquanto profissional assistente social, das que responderam à pesquisa, vinte (20) informaram possuir mais de cinco anos de graduação. Reflete uma longa jornada para ocupar esses espaços de luta e defesa da profissão. Muitas vezes por necessidade de ampliar os estudos e adquirir maiores conhecimentos para poderem se dedicar na defesa da profissão, possibilitando uma maior dedicação para assuntos de pertinência da profissão.



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

Sobre ter filhos, oito alegaram possuir filhos. Diante desses dados podemos verificar que a porcentagem das respondentes da pesquisa que não possuem filhos é a maioria. As que são mães, quando indagadas sobre possuírem uma rede de apoio para que pudessem focar em sua carreira e/ou trabalho, seis disseram que sim, contam com a sua rede de apoio familiar.

Foram realizadas três entrevistas em profundidade as quais buscamos adensar alguns aspectos. A questão da maternidade foi uma delas. Uma das respondentes informou que trabalhava em uma maternidade o que também gerou muita angústia, devido aos bebês internados, às mães isoladas e a transmitir o vírus para os pacientes. Conta que pegou Covid três vezes. Ainda assim, era bom sair do contexto familiar. Ainda relata que além de gerenciar as decisões, enfrentou o negacionismo da doença.

AS.1 “pelo aspecto do meu trabalho, eu tenho rede de apoio, meu marido, na época da pandemia, estava em casa, ele se aposentou no período da pandemia, então para ele, foi melhor que ele ficou em casa, e já estava com 59 anos. Mas, tinha um detalhe, porque eu tinha minha mãe comigo em casa, ela era idosa, faleceu também no período da pandemia, em 2022, e esse cuidado com ela, estava sobre mim, e meus irmãos, né, só que mais sobre mim, porque ela ficava muito tempo na minha casa, então nesse período, o que aconteceu, eu não estava aguentando mais. Eu mesma tive covid 3 vezes, uma fiquei muito ruim, do pavor da doença e de levar a covid e transmitir para a gestante que é grupo de risco e seu bebê. Por outro lado, para eu sair do contexto familiar era bom, por causa da possibilidade de sair. Se eu fosse abordada na rua por algum policial, eu tinha justificativa.”

O relato da experiência vivida por essa profissional ressaltou elementos até então não identificados que estão em relação a reprodução social e os cuidados da vida que recaem sobre a mulher: cuidado com a mãe doente, o cuidado com o bebê neto, o marido em transição de ocupação que não gerencia esse cuidado. E a administração das adaptações no trabalho que também por ser uma maternidade precisou adaptar o atendimento para não disseminar o vírus nos pacientes. Tudo isso passando pela questão o negacionismo da ciência dentro da própria família, fatores geradores de grande angústia e preocupação para a entrevistada.

A questão da TRS traz a possibilidade de reorientar o debate acerca da produção de valor e da reprodução social que seria a mesma coisa que reprodução da vida para além da compra e venda de mercadoria. Uma vez que reconhecemos que a TRS é necessária para manutenção e reprodução da vida e da força de trabalho. Historicamente, esse papel tem sido subjugado às mulheres e a profissões tidas como “do cuidado” ou femininas. Butler (2024) sinaliza que ambas ameaçam, por isso são tão demonizadas “gênero não é apenas uma categoria individual, mas



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

uma que descreve a divisão do trabalho, a organização dos Estados, a distribuição do poder” (Butler, 2024, p.9).

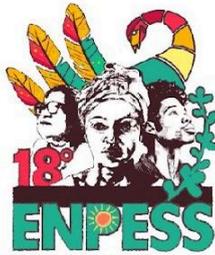
Nesse aspecto, Heleieth (2020) desvenda o papel da mulher enquanto fundamental na sociedade de classes, capitalista e enquanto opressão invisibilizada. Esta, não refletida e reproduzida sem a consciência de sua existência. Sendo assim, naturalizada. Observa também a relevância do patriarcado como uma categoria de poder na sociedade capitalista.

Butler (2024), aponta que a busca por desassociar a mulher da natureza confronta os mesmos argumentos que alegam que as mulheres são ou devem ser mães naturalmente, desconsiderando os aspectos culturais e históricos. Concorda com Lerner (2019) sobre a origem dessa estrutura estar no patriarcado que é anterior ao capitalismo. Nesse sentido, defende que uma vez que essa opressão não é natural, biológica, pode ser alterada. Assim, quanto mais as mulheres reivindicam o seu papel na reprodução social, e externalizam opressões, mais o incômodo gerado nas estruturas conservadoras e moralistas são sacudidas e “os porões da opressão” revirados. Nesse aspecto, reconhecer as mazelas sociais que permeiam os trabalhos visíveis e invisíveis das mulheres, das profissionais e suas usuárias, considerando as suas interseccionalidades, são o primeiro passo para agir e propor mudanças com a dimensão pedagógica lúcida e consciente, nas políticas públicas, no trabalho e na formação profissional.

As3- servidora federal e municipal e mãe, narra ter se afastado por um período para ficar de home office em virtude de ser do grupo de risco. “Éramos essenciais, mas não tivemos prioridade”. Ficou afastada no hospital até receber a vacina. E no trabalho home office na Assistência Social.

#### 4- Sobre o tempo de atuação no SUS

A maior parte das participantes possui mais de cinco anos de atuação. Vínculos profissionais 80% mais estáveis, fator que possibilita a continuidade e manutenção do serviço. Sendo que, a maior parte, informou atuar com o vínculo estatutário, indicando que possuem vínculos com maior estabilidade formal. A maioria avaliou como razoáveis as condições de trabalho. Das cinco que justificaram o que era ruim, aparecem fatores como: infraestrutura, assédio institucional, falta de compreensão do fazer profissional por parte de outras profissões, baixos salários, fragilidade no vínculo de contrato de trabalho, poucos profissionais para realizar o serviço, falta de tempo para estudar.



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

Com relação às condições de trabalho do SUS, houve denúncias de assédio da direção, reclamações da questão salarial, dos contratos por parte de nove por cento dos respondentes. Enquanto outros (70%) consideram-se satisfeitos, bom para razoáveis, quase 20% relatam um incômodo maior com relação a assédio da direção, ao salário e direitos trabalhistas e à precarização do trabalho.

“constantemente sofremos assédio da direção por quererem impor uma função que não é atribuição do serviço social”.

“Baixo salário, poucos direitos trabalhistas, instabilidade do contrato da OS, diferenciação de tratamento das colegas que são estatutárias, dificuldade de ter carga horária para estudar, trabalho no final de semana”.

“A demanda é superior à quantidade de profissionais acarretando sobrecarga de trabalho, adoecimento e estresse”.

O reflexo por demandas individuais e imediatistas no trabalho profissional é o reflexo das atuais inflexões do trabalho e da vida cotidiana que impactam a todos os setores. Nesse sentido, Botão (2010) aponta que as condições de trabalho atuais são o resultado da lógica desumana do capitalismo na gestão dos trabalhadores que utiliza a competitividade entre eles aliada a mensuração de resultados (produção). Além da utilização do tempo de serviço contratado pela jornada de trabalho, o profissional ainda tem que lidar com essas questões de maneira intensa e subjetiva, quase que administrando conflitos e aliando-se a práticas costumeiras para não ser prejudicado.

Houve ainda a reclamação de alguns a respeito da infraestrutura institucional que permite a disponibilização de um espaço privativo para atendimento, a maioria informou possuir esse espaço. Informação positiva que reflete o direito do assistente social em atender com a prerrogativa do sigilo profissional. Do grupo entrevistado, quatro disseram não possuir sala privativa, e as dividem com outras profissionais, uma estava na coordenação. Um aspecto que chama atenção é a pouca ou nenhuma correlação dessas angústias e estresses presentes nas falas das assistentes sociais à vinculação com a questão da reprodução social e seu âmbito doméstico.

##### *5- Do acesso às tecnologias*

Sobre ter acesso a tecnologias como computador, rede de internet, celular e telefone, 16 informaram possuir acesso à tecnologia ou a computador e telefone com acesso à internet.



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

Apenas uma usa celular fornecido pela instituição. As demais que responderam não possuem acesso à tecnologia são duas, uma alegou utilizar às vezes e uma relatou não ter acesso a nada.

Verificamos que é possível constatar que a maior parte conta com tecnologia de comunicação disponível na realização de suas tarefas diárias. Todavia, as tecnologias, para além de um facilitador de comunicação com a rede de apoio e social, podem ser um empecilho para a manutenção do trabalhador em atividades de comunicação, mesmo em horário de descanso, resolvendo pendências em casa de maneira demasiada.

As.1“computador e internet sim, celular de uso pessoal é usado no tratamento” ...

As. 2“computador, internet e telefone fixo”.

As.3“celular e internet, não. Computador, sim”.

#### 6- *Sobre o reconhecimento vindo por parte de outros profissionais*

Dentre as entrevistadas doze 12 acreditam que sim, são valorizadas. As outras seis acreditam que não, duas acreditam que “às vezes”. Uma relata que: “é uma busca constante impor o nosso projeto de intervenção”. Essa pergunta corrobora a anterior, pois quase o mesmo percentual que não acredita ser valorizado pelos seus pares, também não se veem reconhecidos por colegas de outras profissões de equipes multiprofissionais. Todavia, é uma parcela importante que não se sente reconhecida, que estaria refletido esses aspectos intrínsecos de desvalorização no âmbito do local de trabalho formal. Por outro lado, com relação ao reconhecimento vindo por parte dos usuários a resposta sim foi unanimidade. Dessa forma, demonstra o comprometimento dessas profissionais com a responsabilidade do trabalho e do compromisso ético com o usuário.

#### 7- *Sobre os espaços coletivos que elas participam:*

Sobre os espaços de lutas coletivas foi interessante notar que nove pessoas participam do conjunto CFESS/CRESS, cinco de conselhos de direitos ou de sindicatos ou não participam, e seis em outros espaços, todavia não identificados.

A maior parte reconhece os conselhos da profissão com espaços importantes de participação, o restante sindicatos. Porém, essa questão das estratégias coletivas me parece que não ficou clara para algumas profissionais que responderam, uma vez que o conselho é uma instância de regulação da profissão, autarquia que funciona como tribunal de ética. Não um



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

espaço de luta por melhores condições de trabalho e reconhecimento no âmbito sindical, apesar de contribuir para tais lutas.

*8- Das recomendações para outras colegas e assistentes sociais que estejam atuando nessa política, as sugestões estão relacionadas ao aspecto de cuidado com a própria saúde mental e a não atuarem de forma isolada:*

“A construção e valorização do espaço profissional deve estar sempre ligado ao trabalho com ética, conhecimento, técnica e com propostas novas diante da mudança de paradigmas cada vez mais voláteis na sociedade.”

“Que se mantenham críticos e embasados nas documentações do conjunto CFESS/CRESS, pois a cada dia aumenta a quantidade de requisições indevidas aos profissionais do serviço social e as expressões da questão social se apresentam de muitas formas, algumas vezes disfarçadas.”

Tais respostas indagaram a importância da educação permanente, do conhecimento das legislações e da participação em lutas coletivas para se manterem em prática ativa e propositiva. Com autocuidado e cuidando de sua saúde.

*9- Das recomendações para a Comissão:*

A seguir algumas sugestões que essas participantes profissionais forneceram aos dirigentes da comissão a fim de contribuir para um melhor aproveitamento do grupo. Algumas sugestões se repetem relacionadas ao cuidado com a saúde e ao respeito e consideração de todos os participantes.

“Promover ambientes inclusivos, promovendo cada vez mais a diversidade de raça, etnia, gênero e orientação sexual; educação continuada, comunicação aberta com garantia de um canal para que todos os membros possam se sentir livres para contribuir com ideias, preocupações e sugestões de maneira democrática”.

*10- Das recomendações para outras colegas e profissionais que atuam ou queiram atuar no mesmo setor:*

“Mantenham a documentação adequada com registros precisos e detalhados, garantindo a privacidade e a confidencialidade. Conforme orientação do Código de Ética a profissional considerou manter os detalhes de cada situação, sem expor algum inconveniente do usuário. Garantindo o sigilo.

“falta de conhecimento sobre outros dispositivos e serviços de saúde”.

Nessas respostas trazidas pelas entrevistadas observa-se um incômodo na falta de diálogo que poderia ser promovido em espaços coletivos de trocas e apresentações, viabilizando, assim, o trabalho em rede, como no caso da rede de referência e contrarreferência. Nesse sentido, concorda-se com Carneiro (2023) que indica para a criação de estratégias coletivas de enfrentamentos das mazelas pertinentes ao trabalho contemporâneo e a sua interseccionalidade.

### **Considerações Finais:**

As participantes deste estudo atuaram na área da saúde durante a pandemia e, de certa forma, comprometendo todas essas dimensões da vida social. Sobre as contribuições práticas da pesquisa, podemos apontar três resultados: o mapeamento do perfil das assistentes sociais presentes na comissão de saúde do CRESS RJ, “quem somos”, os pontos a serem enfrentados pelos profissionais na defesa do SUS e do PEP na profissão; e o reconhecimento através da valorização do próprio trabalho.

Todavia, essas relatam um esforço individual em superar essa questão por estratégias como a elaboração de projetos e reflexões da prática, porém não ficou muito definido como se dão essas questões. Por participarem da comissão de saúde do CRESS, entendemos que esse é um espaço de reflexão coletiva para suspensão do cotidiano e para se pensar nessas questões de outro ponto de vista. Por outro lado, notamos pouco ou nenhuma associação ao trabalho realizado em casa, no preparo ao trabalho formal. Em sua maioria, consideram importante as reflexões e a capacitação permanentes e a atuação coletiva acerca dos temas “caros” ao serviço social na atualidade, considerando o avanço de precarização coletiva e o adoecimento das companheiras.

Desse modo, pode-se afirmar a partir da análise dos resultados que a maioria dos trabalhadores no setor de saúde são concursados estáveis e atuam nas 30 horas, reconhecem a precariedade nos serviços, com a falta de privacidade e salas de atendimento individual. Ademais, participam de espaços de luta coletiva em prol dos direitos e contam com rede de apoio na maternidade.

No que concerne ao resultado esperado sobre o trabalho, pode-se destacar a descaracterização de modelos democratas de direitos sociais; novas modalidades de trabalho nos serviços públicos (por meio de contratos temporários, pejetização, pregão); equívocos de solicitação institucional e de outras profissões com os profissionais, desestruturação dos espaços



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

de lutas coletivas; ausência de investimento em tecnologias para facilitar o trabalho; falta de concursos públicos, super exploração do trabalho feminino; o desfinanciamento do SUS motivados pela privatização estatal. Por sua vez, quanto aos resultados não esperados, observa-se: adoecimento de trabalhadores, assédio moral e saúde mental.

Ao analisarmos as respostas dessas profissionais podemos verificar que algumas foram impactadas por imediatividade da prática, dependendo do local a que estão inseridas. Quem está inserido, na atenção básica, relata ser possível realizar o acompanhamento dos atendimentos, o que já não é possível para as profissionais inseridas na rede hospitalar. Essas salientam, ser uma constante a prática imediata, seja por dinâmica das demandas ou por requisições institucionais.

Da reprodução social e do trabalho invisível amplamente realizado por essas mulheres podemos destacar que estas são as administradoras do trabalho de cuidado doméstico no lar, no cuidado com os parentes e filhos, mesmo as que contam com apoio de rede do cuidado.

Não encontrei os profissionais precarizados, e, por sua vez, as tecnologias presentes foram apenas na forma de celular e computador. Por último, sobre as assistentes sociais na pandemia, apresenta-se a fala de Ana Cláudio Quintana Arantes, cuja sensibilidade nas palavras alude com precisão nossas fragilidades e finitudes, um espaço-tempo que nos interpela a uma consciência maior: “E é só pela consciência da morte que nos apressamos em construir esse ser quem somos e deveríamos ser”. Dado todo o exposto, acrescento a necessidade, não menos importante, de reconhecer quem somos e o que gostaríamos ser em nossas práticas profissionais.

## Referências:

ANTUNES, Ricardo. **Os Sentidos do Trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho / Ricardo Antunes. - [2. ed., 10. reimpr. rev. e ampl.]. - São Paulo, SP: Boitempo, 2009.

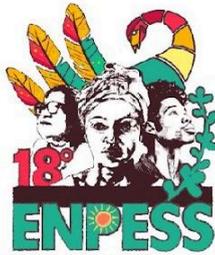
\_\_\_\_\_. **O privilégio da servidão**: o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, 2018. Cap. 1 e Cap. 2 (p.19-64).

\_\_\_\_\_. **Icebergs à deriva**. Cap 2 O trabalho digital, seus significados e seus efeitos, no quadro do capitalismo pandêmico, Boitempo, 2023.

BOTÃO, M. **Serviço Social e Consultoria Empresarial**. Rio de Janeiro-RJ, Gramma, 2020.

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero Feminismo e Subversão da Identidade**. Civilização Brasileira, 21ª ed. RJ 2021

CARNEIRO, Sueli. **Dispositivo de Racialidade**. A construção do outro como não ser como



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

fundamento do ser”. Zahar, 2023.

CFESS, **Perfil das/os recadastradas/os**, Brasília, 2022. Disponível em: [http://www.cressrs.org.br/arquivos/documentos/%7B3412879E-C2CC-4367-9339-847E62E3E82E%7D\\_para\\_metros\\_saude.pdf](http://www.cressrs.org.br/arquivos/documentos/%7B3412879E-C2CC-4367-9339-847E62E3E82E%7D_para_metros_saude.pdf) Acesso em 09/02/2023).

CFESS Manifesta, **O trabalho do coronavírus no trabalho do/a assistente social**. Série conjuntura e impactos no trabalho profissional. Brasília, 30 de março de 2020.

CRESS. **Nota Técnica sobre o trabalho de assistentes sociais e a coleta do quesito Raça/Cor/Etnia** Márcia Campos Eurico<sup>1</sup>

HELLEIETH, Safiotti. **Gênero, patriarcado, violência**. Expressão Popular, 1 ed., 2020.

LERNER, Gerda. **A criação do patriarcado**: história da opressão das mulheres pelos homens. Cultrix, 2019.

MIOTO, Regina. Org. **Familismo Direito e Cidadania**: contradições da política social. Cortez, 2015.

Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: PNAD COVID-19: Rio de Janeiro: IBGE, 2020

SANTOS, V. M. dos. **Transformações societárias: repercussões no serviço social**. Katálisis, Florianópolis-SC, v. 23, n.1, p. 53-62, jan./abr. 2020.

YASBEK, Maria Carmelita. **A dimensão política do trabalho do assistente social**. In: Serv. Soc. Soc., São Paulo, nº120, P.677-693, out/dez 2014.